

Concurso Público

## 001. PROVA OBJETIVA

ANALISTA TÉCNICO CIENTÍFICO  
(Arquiteto e Urbanista)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 60 questões objetivas, e o caderno de prova dissertativa.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e dissertativa é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição da resposta definitiva.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova dissertativa, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_



## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números 01 a 05.

McLuhan já alertava que a aldeia global resultante das mídias eletrônicas não implica necessariamente harmonia, implica, sim, que cada participante das novas mídias terá um envolvimento gigantesco na vida dos demais membros, que terá a chance de meter o bedelho onde bem quiser e fazer o uso que quiser das informações que conseguir. A aclamada transparência da coisa pública carrega consigo o risco de fim da privacidade e a superexposição de nossas pequenas ou grandes fraquezas morais ao julgamento da comunidade de que escolhemos participar.

Não faz sentido falar de dia e noite das redes sociais, apenas em número de atualizações nas páginas e na capacidade dos usuários de distinguir essas variações como relevantes no conjunto virtualmente infinito das possibilidades das redes. Para achar o fio de Ariadne no labirinto das redes sociais, os usuários precisam ter a habilidade de identificar e estimar parâmetros, aprender a extrair informações relevantes de um conjunto finito de observações e reconhecer a organização geral da rede de que participam.

O fluxo de informação que percorre as artérias das redes sociais é um poderoso fármaco viciante. Um dos neologismos recentes vinculados à dependência cada vez maior dos jovens a esses dispositivos é a “nomobofobia” (ou “pavor de ficar sem conexão no telefone celular”), descrito como a ansiedade e o sentimento de pânico experimentados por um número crescente de pessoas quando acaba a bateria do dispositivo móvel ou quando ficam sem conexão com a Internet. Essa informação, como toda nova droga, ao embotar a razão e abrir os poros da sensibilidade, pode tanto ser um remédio quanto um veneno para o espírito.

(Vinicius Romanini, Tudo azul no universo das redes.  
*Revista USP*, nº 92. Adaptado)

01. Do ponto de vista do autor, as redes sociais

- (A) são um universo ao qual os usuários resistem porque são afeitos à discrição nos relacionamentos.
- (B) preservam identidades e opiniões, sendo, portanto, ponto de referência para a busca de informações qualificadas.
- (C) garantem julgamentos justos, pela comunidade, dos usuários que nelas expõem seus hábitos e ideologias.
- (D) disponibilizam abundantes informações, o que exige que seus usuários filtrem o que de fato interessa.
- (E) condensam a infinidade de dados nelas circulantes, caracterizando-se como um meio confiável de exposição pessoal.

02. Entre os aspectos negativos que se apontam para usuários das mídias eletrônicas estão

- (A) a possibilidade de exibição da intimidade e a ansiedade devida à falta de conexão em rede.
- (B) a superposição de virtudes a grandes fraquezas morais e a ênfase ao cultivo da individualidade.
- (C) a possibilidade de imiscuir-se na vida alheia e o consumo de remédios viciantes.
- (D) o convívio ilimitado com os demais usuários da rede e o uso regulado de informações.
- (E) o envenenamento do espírito e a harmonia entre os membros do grupo de usuários.

03. A substituição do trecho destacado por aquele colocado entre parênteses está de acordo com a norma-padrão de regência verbal em:

- (A) ... e fazer o uso **que quiser** das informações que conseguir. (a que achar conveniente)
- (B) ... superexposição [...] ao julgamento da comunidade **de que escolhemos participar**. (com a qual escolhemos conviver)
- (C) ... terá a chance de **meter o bedelho onde bem quiser**... (intrometer-se aonde desejar)
- (D) McLuhan já **alertava que** a aldeia global... (prenunciava de que)
- (E) O fluxo de informação **que percorre** as artérias das redes sociais... (ao qual atravessa)

04. Assinale a alternativa em que se caracteriza o emprego de palavras em sentido figurado.

- (A) Um dos neologismos recentes vinculados à dependência cada vez maior dos jovens a esses dispositivos é a “nomobofobia”...
- (B) ... a superexposição de nossas pequenas ou grandes fraquezas morais ao julgamento da comunidade...
- (C) ... a ansiedade e o sentimento de pânico experimentados por um número crescente de pessoas quando acaba a bateria do dispositivo móvel...
- (D) ... os usuários precisam ter a habilidade de identificar e estimar parâmetros, aprender a extrair informações relevantes...
- (E) O fluxo de informação que percorre as artérias das redes sociais é um poderoso fármaco viciante.

05. As expressões destacadas nos trechos – **meter o bedelho** / **estimar** parâmetros / **embotar** a razão – têm sinônimos adequados respectivamente em:

- (A) procurar / gostar de / ilustrar
- (B) imiscuir-se / avaliar / enfraquecer
- (C) interferir / propor / embrutecer
- (D) intrometer-se / prezar / esclarecer
- (E) contrapor-se / consolidar / iluminar

Leia o texto, para responder às questões de números **06 a 09**.

A República dos Estados Unidos da Bruzundanga tinha, como todas as repúblicas que se prezam, além do presidente e juizes de várias categorias, um Senado e uma Câmara de Deputados, ambos eleitos por sufrágio direto e temporários ambos, com certa diferença na duração do mandato: o dos senadores, mais longo; o dos deputados, mais curto.

O país vivia de expedientes, isto é, de cinquenta em cinquenta anos descobria-se nele um produto que ficava sendo a sua riqueza. Os governos taxavam-no a mais não poder, de modo que os países rivais, mais parcimoniosos na decretação de impostos sobre produtos semelhantes, acabavam, na concorrência, por derrotar a Bruzundanga; e, assim, ela fazia morrer a sua riqueza, mas não sem os estertores de uma valorização duvidosa. Daí vinha que a grande nação vivia aos solavancos, sem estabilidade financeira e econômica; e, por isso mesmo, dando campo a que surgissem, a toda hora, financeiros de todos os seus cantos e, sobretudo, do seu parlamento.

Naquele ano, isto dez anos atrás, surgiu na sua Câmara um deputado que falava muito em assuntos de finanças, orçamentos, impostos diretos e indiretos e outras coisas cabalísticas da ciência de obter dinheiro para o Estado.

Chamava-se o deputado Felixhimino ben Karpatoso. Se era advogado, médico, engenheiro ou mesmo dentista, não se sabia bem; todos tratavam-no de doutor, embora nada se conhecesse dele.

(Lima Barreto, Um grande financeiro. *Os bruzundangas*. Adaptado)

**06.** Assinale a alternativa que reescreve passagem do texto respeitando a norma-padrão de concordância verbal e nominal.

- (A) Bastava cinquenta anos para que fosse descoberto no país produtos novos, que acabava sendo a riqueza do país.
- (B) Os mandatos de senador e deputado durava tempo diferente, sendo mais longos o dos primeiros.
- (C) Na Bruzundanga haviam Senado e Câmara de Deputados, que o povo, em massa, apoiavam confiantes.
- (D) Naquele ano, isto já faziam dez anos, surgiu um deputado muito bem falante em assuntos financeiros.
- (E) Todas as repúblicas que se prezam possuem Senado e Câmara escolhidos pelos cidadãos, o mais possível confiantes em seus representantes.

**07.** Observe a relação de sentido entre os trechos (I) e (II), na passagem – (I) Os governos taxavam-no a mais não poder, (II) de modo que os países rivais, mais parcimoniosos na decretação de impostos sobre produtos semelhantes, acabavam, na concorrência, por derrotar a Bruzundanga.

É correto afirmar que

- (A) o trecho (I) expressa o tempo em que ocorre o que se afirma no trecho (II).
- (B) o trecho (II) expressa a maneira como ocorre o fato afirmado no trecho (I).
- (C) o trecho (II) expressa o efeito do que se afirma no trecho (I).
- (D) o trecho (I) expressa o modo como ocorre o fato afirmado no trecho (II).
- (E) o trecho (II) expressa a causa determinante do que se afirma no trecho (I).

**08.** Assinale a alternativa em que os sinais de pontuação estão empregados segundo os mesmos princípios da norma-padrão adotados na passagem – com certa diferença na duração do mandato: o dos senadores, mais longo; o dos deputados, mais curto.

- (A) A separação os fez perder muita coisa: ele, a guarda dos filhos; ela, a casa em que morava com as crianças.
- (B) Há algo importante a explicar: a perda de clientes, muitos deles inadimplentes; entretanto, ninguém fala nada.
- (C) Os meios de divulgação são os seguintes: internet, mensagem de celular e jornais; com eles, atingiremos o público.
- (D) Foi o que disse o funcionário: o carregamento não chegou, ainda; e os pedidos estão se acumulando, mais e mais.
- (E) Fui reticente, mas agora me explico: meu dinheiro acabou, nada me resta; e meu pai não pode me ajudar, coitado.

**09.** O contexto em que, segundo a norma-padrão, o pronome “se” pode ser colocado antes ou depois do verbo, é:

- (A) ... como todas as repúblicas que se prezam...
- (B) Chamava-se o deputado Felixhimino ben Karpatoso.
- (C) ... de cinquenta em cinquenta anos descobria-se nele um produto...
- (D) ... não se sabia bem...
- (E) ... embora nada se conhecesse dele.

**10.** Assinale a alternativa que preenche as lacunas do texto a seguir, observando o emprego do sinal de crase e a conjugação verbal, segundo a norma-padrão.

Implantaremos um sistema capaz de levar \_\_\_\_\_ consumidores fiéis informações sobre nossas promoções, \_\_\_\_\_ partir do momento em que forem lançadas. Se \_\_\_\_\_ de recursos suficientes, anunciaremos prêmios que atraiam clientes, para que \_\_\_\_\_ incondicionalmente \_\_\_\_\_ campanhas promocionais.

- (A) aqueles ... a ... dispormos ... aderem ... as
- (B) àqueles ... a ... dispusermos ... adiram ... às
- (C) àqueles ... à ... dispusermos ... aderem ... às
- (D) aqueles ... à ... dispormos ... adiram ... as
- (E) aqueles ... a ... dispormos ... adiram ... as

11. Pretende-se dividir um grupo de 216 pessoas, sendo 126 com formação na área de exatas e 90 com formação na área de humanas, em grupos menores contendo, obrigatoriamente, elementos de cada uma dessas áreas, de modo que: (1) o número de grupos seja o maior possível; (2) cada grupo tenha o mesmo número  $x$  de pessoas com formação na área de exatas e o mesmo número  $y$  de pessoas com formação na área de humanas; e (3) cada uma das 216 pessoas participe de um único grupo. Nessas condições, e sabendo-se que no grupo não há pessoa com ambas as formações, é correto afirmar que, em cada novo grupo, a diferença entre os números de pessoas com formação em exatas e em humanas, nessa ordem, será igual a
- (A) 1.
  - (B) 2.
  - (C) 3.
  - (D) 4.
  - (E) 5.
12. Um capital foi aplicado à taxa de juros simples de 21,6% ao ano, durante 5 meses, e rendeu juros de R\$ 153,00. Desconsiderando-se taxas ou outros encargos relativos a essa aplicação, no final desse período, o montante recebido pelo aplicador foi de
- (A) R\$ 1.823,00.
  - (B) R\$ 1.833,00.
  - (C) R\$ 1.843,00.
  - (D) R\$ 1.853,00.
  - (E) R\$ 1.863,00.
13. Uma pessoa comprou um determinado produto cujo preço à vista era de R\$ 825,00. Como forma de pagamento, ela deu uma entrada de 45% do preço à vista e pagou o restante com um cheque para 30 dias, com juros de 4% sobre esse restante. O valor que essa pessoa pagou de juros, nessa compra, correspondeu a
- (A) R\$ 18,05.
  - (B) R\$ 18,10.
  - (C) R\$ 18,15.
  - (D) R\$ 18,20.
  - (E) R\$ 18,25.

14. Em uma pesquisa realizada com 300 pessoas, o número das que se declararam ser doutores em alguma área de conhecimento correspondeu a quatro unidades a mais da nona parte das que se declararam ser apenas graduadas, e o número de pessoas que se declararam ser apenas mestres correspondeu a quatro vezes o número de pessoas que se declararam ser doutores. A razão entre o número das pessoas que se declararam ser apenas graduadas e o número das que se declararam ser doutores é igual a

(A) 7,5.

(B) 7.

(C) 6,5.

(D) 6.

(E) 5,5.

15. A média das idades de um grupo de 10 pessoas é 18,7 anos. Carlos e Ana não fazem parte desse grupo, mas, inserindo-os ao grupo, a média das idades das 12 pessoas passa a ser de 19 anos. Sabendo-se que Carlos é 5 anos mais velho que Ana, e que ambos nasceram no primeiro dia do mês de janeiro, é correto afirmar que Ana nasceu no ano de

(A) 1992.

(B) 1994.

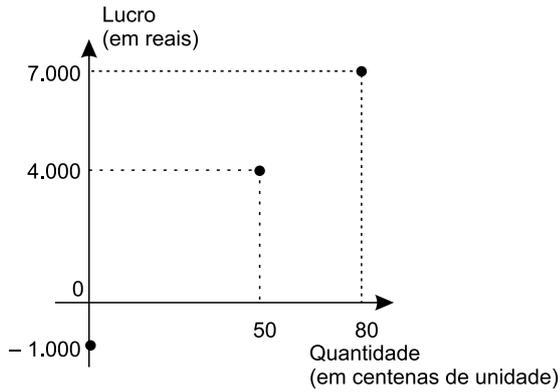
(C) 1996.

(D) 1998.

(E) 2000.

16. Em determinada casa comercial, o número de trabalhadores do gênero masculino é 4 unidades menor que o número de trabalhadores do gênero feminino. Nessa casa comercial, cada trabalhador recebeu, no final do ano passado, como brinde, um vale-presente para ser utilizado na própria loja: para os homens, o vale-presente tinha valor unitário de R\$ 120,00, e, para as mulheres, de R\$ 150,00. Sabendo-se que ao todo foi distribuído um total de R\$ 7.080,00 em vales-presentes, pode-se concluir corretamente que nessa casa comercial o valor total em vales-presentes distribuídos para os funcionários do gênero feminino foi de
- (A) R\$ 3.800,00.
  - (B) R\$ 3.900,00.
  - (C) R\$ 4.000,00.
  - (D) R\$ 4.100,00.
  - (E) R\$ 4.200,00.
17. Um terreno tem formato retangular, e a medida da sua lateral é 20% maior que a medida de sua frente. Sabendo-se que o perímetro desse terreno é 110 metros e que ele foi vendido pelo valor de R\$ 900,00 o metro quadrado, pode-se afirmar corretamente que o valor total de venda desse terreno foi
- (A) R\$ 625.500,00.
  - (B) R\$ 675.000,00.
  - (C) R\$ 700.500,00.
  - (D) R\$ 725.000,00.
  - (E) R\$ 750.500,00.
18. Todos os dias, são necessárias, em média, duas horas para cinco analistas, todos com a mesma força de trabalho, analisarem determinada quantidade  $Q$  de documentos. Em um dia em que um desses analistas não puder realizar essa tarefa, espera-se que os quatro demais, no mesmo ritmo de trabalho, realizem metade dessa tarefa em, no mínimo, 1 hora e
- (A) 15 minutos.
  - (B) 20 minutos.
  - (C) 25 minutos.
  - (D) 30 minutos.
  - (E) 35 minutos.

19. O gráfico apresenta informações do lucro, em reais, sobre a venda de uma quantidade, em centenas, de um produto em um hipermercado.



Sabendo-se que é constante a razão entre a variação do lucro e a variação da quantidade vendida e que se pretende ter um lucro total não menor que R\$ 90.500,00 em 10 dias de venda desse produto, então a média diária de unidades que deverão ser vendidas, nesse período, deverá ser, no mínimo, de

- (A) 8900.
  - (B) 8950.
  - (C) 9000.
  - (D) 9050.
  - (E) 9150.
20. Considere a seguinte tabela de desconto mensal de imposto de renda na fonte, de trabalhadores assalariados.

| BASE DE CÁLCULO EM REAIS (R\$) | ALÍQUOTA EM PORCENTAGEM (%) | PARCELA A DEDUZIR EM REAIS (R\$) |
|--------------------------------|-----------------------------|----------------------------------|
| Até 1.903,98                   | Isento                      | -                                |
| De 1.903,99 até 2.826,65       | 7,5                         | 142,80                           |
| De 2.826,66 até 3.751,05       | 15                          | 354,80                           |
| De 3.751,06 a 4.664,68         | 22,5                        | 636,13                           |
| Acima de 4.664,68              | 27,5                        | 869,36                           |

Um trabalhador que teve como desconto de imposto de renda, em determinado mês de vigência da tabela, o valor de R\$ 185,20, teve uma base de cálculo que, para atingir R\$ 10.000,00, precisa ser adicionado a

- (A) R\$ 5.600,00.
- (B) R\$ 6.000,00.
- (C) R\$ 6.400,00.
- (D) R\$ 6.800,00.
- (E) R\$ 7.200,00.

21. *Justiça homologa acordo de leniência com Andrade Gutierrez*

O juiz federal Sérgio Moro homologou o acordo de leniência entre a empreiteira Andrade Gutierrez e o Ministério Público Federal.

(G1, 08.05.2016. Disponível em: <<http://goo.gl/oDf711>>. Adaptado)

Nos termos do acordo, em troca de poder continuar mantendo contratos com o poder público, a empresa

- (A) decidiu não mais financiar campanhas de candidatos e partidos políticos, assim como se comprometeu a desmontar o seu escritório de lobby em Brasília.
- (B) firmou que os seus executivos devem se manifestar apenas no que for estabelecido expressamente pelos contratos firmados, para evitar práticas de suborno e corrupção.
- (C) resolveu submeter todos os seus contratos a auditorias externas e, a título de transparência, repatriou os seus recursos depositados em paraísos fiscais.
- (D) aceitou pagar R\$ 1 bilhão em multas, além de garantir a colaboração em todas as investigações de corrupção em que possa estar envolvida.
- (E) estabeleceu limites para o valor das obras públicas das quais participará de agora em diante, evitando os projetos mais custosos e com maior risco de corrupção.

22. A Procuradoria-Geral da República ofereceu nesta sexta-feira (6 de maio) denúncia ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) contra o governador pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e falsidade de documento particular. A acusação tem como base desdobramentos da Operação Acrônimo, que investiga um suposto esquema de financiamento ilegal de campanhas políticas.

(Folha de S.Paulo, 06.05.2016.

Disponível em: <<http://goo.gl/w0W4p1>>. Adaptado)

O governador denunciado foi

- (A) Geraldo Alckmin, de São Paulo.
- (B) Fernando Pimentel, de Minas Gerais.
- (C) Luiz Fernando Pezão, do Rio de Janeiro.
- (D) Beto Richa, do Paraná.
- (E) Flávio Dino, do Maranhão.

23. A Assembleia Legislativa de São Paulo está ocupada há mais de 36 horas por estudantes que querem a abertura de uma CPI (Comissão parlamentar de Inquérito) que investigue a máfia da merenda. Os manifestantes, em sua maioria alunos secundaristas, ocupam o plenário da Assembleia desde as 17h da última terça-feira (3 de maio).

(G1, 05.05.2016. Disponível em: <<http://goo.gl/CUUHUo>>. Adaptado)

A chamada “máfia da merenda” está relacionada à Operação Alba Branca, que investiga

- (A) o pagamento de propina por parte de grandes indústrias alimentícias de forma a se beneficiarem diretamente das compras de merenda realizadas pelo governo estadual e por algumas prefeituras municipais de São Paulo.
- (B) o superfaturamento, a lavagem de dinheiro e a evasão de divisas em direção a paraísos fiscais por parte de autoridades públicas responsáveis pela questão da merenda e da alimentação escolar.
- (C) a influência e a participação de grandes proprietários de terras, envolvidos na produção agrícola de alimentos, e que teriam subornado autoridades públicas responsáveis pela compra e fornecimento de merenda para as escolas.
- (D) a terceirização do serviço de fornecimento de merendas escolares, até então sob responsabilidade direta do Estado, e que agora, sob a alçada de empresas privadas, tem sido foco de suspeitas de corrupção.
- (E) a formação de cartel entre três cooperativas de agricultura familiar para definir vencedores em licitações de merenda escolar em municípios paulistas em um esquema de corrupção e superfaturamento no fornecimento de alimentos.

24. A polícia francesa entrou em confronto, neste sábado (9 de abril), com centenas de manifestantes em Paris, usando gás lacrimogêneo. O protesto foi um dos muitos realizados nos últimos tempos. Dezenas de milhares de manifestantes tomaram as ruas de Paris para protestar.

(Folha de S.Paulo, 09.04.2016.

Disponível em: <<http://goo.gl/ZcN4ZD>>. Adaptado)

Os protestos têm como alvo

- (A) a nova lei de refúgio e imigração, que transformou a França em um grande polo de atração de refugiados oriundos da Síria e da Líbia.
- (B) o estado de exceção, que suspende algumas garantias constitucionais em nome do combate ao terrorismo, em que a França se encontra desde os últimos atentados.
- (C) a reforma trabalhista defendida pelo governo, que pretende flexibilizar algumas leis trabalhistas tais como a duração da jornada semanal de trabalho.
- (D) a política externa francesa, bastante agressiva no Oriente Médio e muito alinhada com os EUA, o que tem provocado forte polêmica entre os franceses.
- (E) a fragilidade dos órgãos franceses de segurança, inteligência e informação, o que tem contribuído para fazer da França o alvo preferido de atentados do Isis.

25. Depois de diminuir de cinco para quatro os dias úteis do serviço público, o presidente anunciou nesta quinta-feira (14 de abril) que mudará o fuso horário do país para economizar energia. O horário de verão é mais uma medida do governo para tentar resolver a crise energética. Nos últimos meses, a seca provocada pelo El Niño diminuiu ainda mais a geração de energia, já afetada pela falta de infraestrutura.

(Folha de S.Paulo, 14.04.2016.  
Disponível em: <http://goo.gl/owB5vU>. Adaptado)

A notícia trata da situação energética

- (A) na Venezuela.
- (B) na Bolívia.
- (C) no Paraguai.
- (D) no Peru.
- (E) no Equador.

### NOÇÕES DE INFORMÁTICA

26. No Microsoft Windows 7, em sua configuração original, um usuário possui 2 arquivos texto em um diretório, chamados *notas* e *anotações*, conforme imagem a seguir.



Ao selecionar o arquivo *anotações* e pressionar a tecla F2 para renomeá-lo, o usuário digitou *notas*. Nesse caso, considerando que não é possível ter em um mesmo diretório dois arquivos com o mesmo nome e extensão, o Windows automaticamente

- (A) mescla o conteúdo dos 2 arquivos, mantendo apenas 1 arquivo chamado *notas*.
- (B) apaga o arquivo *notas* anterior e mantém apenas o novo arquivo renomeado.
- (C) sugere um novo nome *notas (2).txt* e aguarda confirmação do usuário.
- (D) altera o nome do arquivo anterior *notas* para *notas\_velho* e efetua a alteração do outro arquivo de *anotações* para *notas*.
- (E) movimenta o arquivo *notas* para a pasta Meu Computador na Área de Trabalho e mantém apenas o novo arquivo renomeado.

27. Comparando dois documentos criados no Microsoft Word 2010, em sua configuração padrão, sendo um deles em modo paisagem e outro em modo retrato, mas ambos com a mesma fonte e tamanho de letra, e margens, assinale a alternativa correta.

- (A) O documento em modo paisagem tem mais caracteres por linha do que o documento em modo retrato.
- (B) O documento em modo retrato tem menos linhas do que o documento em modo paisagem.
- (C) Ambos os documentos têm a mesma quantidade de caracteres por linha.
- (D) O documento em modo paisagem tem menos caracteres por linha do que o documento em modo retrato.
- (E) O documento em modo paisagem só pode ser configurado como tamanho A4.

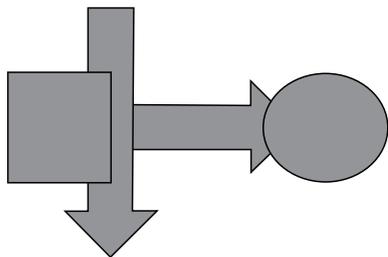
28. Uma planilha criada no Microsoft Excel 2010, em sua configuração padrão, está preenchida como se apresenta a seguir.

|    | A         | B           | C         |  |
|----|-----------|-------------|-----------|--|
| 1  | Atividade | Data Início | Cidade    |  |
| 2  | 1         | 10/10/2015  | São Paulo |  |
| 3  | 2         | 18/10/2015  | Osasco    |  |
| 4  | 3         | 22/10/2015  | Guarulhos |  |
| 5  | 4         | 23/10/2015  | São Paulo |  |
| 6  | 5         | 02/11/2015  | São Paulo |  |
| 7  | 6         | 05/11/2015  | Guarulhos |  |
| 8  |           |             |           |  |
| 9  |           |             |           |  |
| 10 | 3         |             |           |  |
| 11 |           |             |           |  |

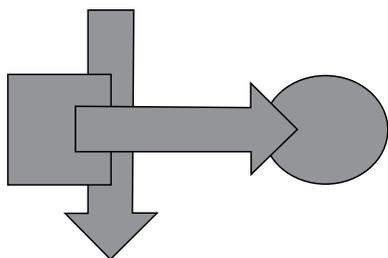
A fórmula =PROCV(A10;A2:C7;3;0), se digitada na célula B10, trará como resultado

- (A) #N/A
- (B) #ERRO
- (C) 3
- (D) Guarulhos
- (E) 22/10/2015

29. Têm-se as seguintes AutoFormas incluídas no Microsoft PowerPoint 2010, em sua configuração padrão, na sequência seta para a direita, seta para baixo, círculo, quadrado.



Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de operações de arranjo para alterar as AutoFormas de maneira que tenham a aparência apresentada a seguir.



- (A) Enviar para trás quadrado, enviar para trás seta para baixo, enviar para trás seta para direita.
- (B) Trazer para frente seta para direita, enviar para trás quadrado, enviar para trás seta para baixo.
- (C) Enviar para trás círculo, enviar para trás seta para baixo.
- (D) Trazer para frente seta para direita, trazer para frente seta para baixo, trazer para frente quadrado.
- (E) Enviar para trás círculo, enviar para trás seta para direita, enviar para trás quadrado.

30. No site de pesquisas Google, quando é usado(a) um(a) \_\_\_\_\_ antes de uma palavra ou site, ele exclui os resultados de pesquisas que incluem essa palavra ou site.

Assinale a alternativa que preenche, corretamente, a lacuna do enunciado.

- (A) asterisco
- (B) apóstrofo
- (C) símbolo de \$
- (D) hashtag
- (E) traço

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

As situações descritas nas questões a seguir são hipotéticas.

31. Em suas alegações em favor do tombamento de um bairro, uma associação de moradores sustenta que o local abrigaria obras significativas de arquitetos modernistas pioneiros, já falecidos, expoentes do Modernismo em São Paulo que tiveram produção significativa nas décadas de 1950 e 1960. Tais alegações corresponderiam à presença, no bairro, dentre outras, de obras de

- (A) Vilanova Artigas, Rino Levy e Paulo Mendes da Rocha.
- (B) Vilanova Artigas, Rino Levy e Osvaldo Bratke.
- (C) Gregori Warschavchik, Vilanova Artigas e Carlos Bratke.
- (D) Rino Levy, Gregori Warschavchik e Carlos Bratke.
- (E) Gregori Warschavchik, Paulo Mendes da Rocha e Osvaldo Bratke.

32. Um loteamento popular, com área de cerca de 60 ha, foi implantado recentemente, de forma irregular e sem obras de infraestrutura – como rede de drenagem e pavimentação do sistema viário –, em terreno cujo substrato rochoso corresponde a granitos, característicos de determinadas áreas do Escudo Cristalino no Estado de São Paulo. O local apresentava originalmente camada de solo superficial argiloso, com espessuras médias da ordem de 1 m, que foi removida na obra de terraplenagem, misturando-se ao restante do solo nos aterros executados. O solo de alteração de rocha da camada imediatamente abaixo dessa camada superficial apresenta espessura maior, da ordem de uma dezena de metros. Esse solo é extremamente suscetível a processos erosivos quando exposto a intempéries. As declividades das encostas situam-se em torno dos 25%. As vias foram implantadas em malha ortogonal, com trechos de maior extensão, da ordem de 300 m, em direção aproximadamente perpendicular à orientação predominante das curvas de nível, com declividades dos greides de projeto entre 12 e 15%. Em face das altas declividades do terreno, essa solução, combinada com a necessidade de se evitarem grandes desníveis entre lotes e vias, induz a terraplenagem corretiva em grandes extensões do terreno, com escavação em profundidades médias acima de 3 m e aterros de até 12 m de altura. Com relação à adequação físico-ambiental da implantação, pode-se afirmar que

- (A) o partido de implantação do projeto é um indutor de processos erosivos.
- (B) a elevada resistência dos granitos reduzirá a incidência de erosão, relativamente ao que ocorreria com o solo superficial.
- (C) a orientação do sistema viário reduzirá os danos decorrentes da não implantação imediata da infraestrutura.
- (D) a remoção da camada de solo superficial contribuiu para a estabilidade geral do terreno, já que são alcançadas camadas com maior capacidade de suporte.
- (E) a malha ortogonal adotada é a que permite o melhor posicionamento do sistema viário em relação às curvas de nível, nesse caso.

- 33.** Na análise da descrição de uma gleba constante do registro de imóveis em uma cidade do Estado de São Paulo, datada da década de 1960, identificou-se uma diferença entre o valor numérico dos azimutes magnéticos que constam da descrição do perímetro da gleba e os valores numéricos, verificados em levantamento recente, dos azimutes referenciados ao norte magnético. Apresenta-se, ainda, diferença numérica significativa em relação aos azimutes referenciados ao norte verdadeiro. Uma vez estabelecido quais seriam os valores corretos, essa descrição deverá, a seguir, ser refeita, definindo-se coordenadas compatíveis com o cadastro oficial do município, que por sua vez se adequou recentemente ao sistema geodésico de referência oficialmente adotado no País. As diferenças de valores identificadas
- (A) correspondem a erro a ser determinado, por conta da discrepância entre os azimutes magnéticos, devendo-se encontrar o valor correto a partir da diferença existente entre norte magnético e norte verdadeiro no local, e a adequação ao cadastro municipal requer a adoção do sistema SAD 69, que se referencia ao norte magnético.
  - (B) correspondem a erros na leitura dos azimutes magnéticos em ambos os levantamentos, os quais não poderiam apresentar diferença entre norte magnético e norte verdadeiro, e a adequação ao cadastro municipal requer a adoção do sistema SIRGAS 2000, que se referencia ao norte verdadeiro.
  - (C) serão corrigidas pelos modernos métodos de levantamento topográfico, baseados no sistema de posicionamento global referenciado a rede de satélites (GPS), evitando-se que haja diferença entre norte magnético e norte verdadeiro, e a adequação ao cadastro municipal requer a adoção do sistema SAD 69.
  - (D) devem receber tratamento matemático para distribuição dos erros, dentro do processo de fechamento das poligonais principal e de divisa, do levantamento topográfico, e a adequação ao cadastro municipal requer a adoção do sistema SCM / Elipsoide de Hayford, que se referencia ao norte magnético.
  - (E) podem ser decorrência da declinação magnética e de sua variação anual, que determinam a existência de diferenças entre o norte magnético e o norte verdadeiro, que variam com o tempo, e a adequação ao cadastro municipal requer a adoção do sistema de referência do SIRGAS 2000, que se referencia ao norte verdadeiro.
- 34.** Um parcelamento do solo para fins urbanos, situado em município do Estado de São Paulo, implicará a abertura de via pública e subdivisão do terreno em dois lotes privados com área média de 1 500 m<sup>2</sup>. Esse empreendimento deve ser caracterizado como
- (A) loteamento, obrigando-se à doação de 35% de áreas públicas, conforme determinado na legislação federal.
  - (B) loteamento, obrigando-se à doação de áreas públicas nos termos da legislação municipal.
  - (C) desmembramento, obrigando-se à doação de áreas públicas nos termos da legislação municipal.
  - (D) desmembramento, obrigando-se à doação de 35% de áreas públicas, conforme determinado na legislação federal.
  - (E) desdobro de lotes, obrigando-se à doação de 35% de áreas públicas, conforme determinado na legislação federal.
- 35.** Um assentamento habitacional de famílias de baixa renda em terreno público, em área urbana consolidada, instalado desde 1990, será regularizado, aplicando-se a legislação pertinente. Nesse processo, nos termos da Lei Federal nº 11.977/2009,
- (A) será utilizada a usucapião especial de imóvel urbano para a concessão dos títulos de propriedade.
  - (B) deverá ser garantido o percentual de 35% de áreas públicas definido na lei federal de parcelamento do solo.
  - (C) as áreas de preservação permanente estabelecidas no Código Florestal de 2012 deverão necessariamente ser desocupadas.
  - (D) o título de propriedade será concedido preferencialmente para a mulher.
  - (E) as famílias beneficiárias arcarão com os custos da infraestrutura necessária à mitigação dos danos ambientais.

- 36.** Um município desenvolve Operação Urbana Consorciada e emitirá, para custear a intervenção, Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs), a serem adquiridos como contrapartida de proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios previstos. O planejamento da Operação identificou a necessidade de reassentamento de famílias de baixa renda que ocupam áreas em que se preveem obras da Operação. A utilização dos recursos de CEPACs para construção das unidades habitacionais necessárias para esse trabalho de reassentamento é, nos termos da Lei nº 10.257/2001,
- (A) permitida, porém a área de reassentamento deve localizar-se dentro do perímetro da Operação.
  - (B) permitida, se demonstrado que o reassentamento é parte da Operação.
  - (C) proibida, devendo os recursos serem custeados pelo Programa Minha Casa Minha Vida.
  - (D) proibida, devendo os recursos entrar como contrapartida do Município na Operação.
  - (E) proibida, em função da garantia do direito à moradia, devendo ser adotada solução que não implique remoções.
- 37.** Com vistas ao cumprimento da função social da propriedade, estabeleceram-se, em uma legislação municipal, parâmetros para a definição de terrenos ociosos ou subaproveitados. Nos termos do Estatuto da Cidade, essa definição corresponde à fixação de um valor mínimo para
- (A) o Índice de Elevação.
  - (B) a Taxa de Ocupação.
  - (C) o Coeficiente de Aproveitamento.
  - (D) a Taxa de Permeabilidade.
  - (E) a Cota de Terreno por Unidade Autônoma.
- 38.** Uma cidade paulista de porte médio vem fixando suas tarifas de transporte coletivo público com base nos preços praticados na Capital e irá reorganizar seus contratos e adequá-los ao marco legal vigente. Foi feita uma auditoria que apontou a existência de diferença a maior entre o valor monetário da tarifa de remuneração da prestação do serviço e a tarifa pública cobrada do usuário, isto é, de superavit tarifário. Dentro das diretrizes para a regulação dos serviços de transporte público coletivo que integram a Política Nacional de Mobilidade Urbana, estabelecida pela Lei Federal nº 12.587/2012, determina-se que a receita decorrente desse superavit
- (A) será necessariamente abatida do valor da tarifa, para atender a exigência de repasse ao usuário.
  - (B) reverterá para o Sistema de Mobilidade Urbana.
  - (C) será recolhida ao Tesouro Municipal, para livre utilização na execução das despesas públicas.
  - (D) caberá aos proprietários das empresas de transporte que prestam o serviço, dado que a operação é privada.
  - (E) reverterá para um fundo de compensação dos impactos ambientais causados pelo sistema.
- 39.** Determinada elevação no terreno é caracterizada por amplitude (desnível entre cota máxima e cota mínima) de 55 m, medida a partir do nível de base da drenagem, e declividades médias de 35% e máximas de 45%, na encosta mais íngreme. Essa elevação é recortada por pequenos cursos d'água cujas nascentes estão alojadas em anfiteatros naturais que se formam em suas encostas.
- São Áreas de Preservação Permanente, no caso apresentado,
- (A) faixas de 30 m ao longo dos cursos d'água e de 50 m em torno das nascentes, somente.
  - (B) faixas de 30 m ao longo dos cursos d'água e de 50 m em torno das nascentes e o terço superior da elevação, somente.
  - (C) faixas de 30 m ao longo dos cursos d'água e de 50 m em torno das nascentes e áreas de encosta com declividade acima de 30%, dentre outras.
  - (D) o terço superior da elevação e áreas de encosta com declividade acima de 30%, dentre outras.
  - (E) o terço superior da elevação, caracterizada como morro, e áreas de encosta com declividade acima de 30%, somente.

40. Um proprietário de imóvel foi responsabilizado pela extração ilegal de madeira e outros produtos de um remanescente de mata nativa situado dentro de seu imóvel, comprometendo-se a realizar a recomposição dos danos a essa mata e a convertê-la em unidade de conservação que ficaria sob sua responsabilidade, sem doação ao poder público. A Unidade de Conservação prevista na legislação aplicável que melhor atenderá aos requisitos mencionados é a

- (A) Área de Preservação Permanente (APP).
- (B) Área de Proteção Ambiental (APA).
- (C) Estação Ecológica.
- (D) Reserva Particular de Proteção Natural (RPPN).
- (E) Área Não Edificável (*non aedificandi*).

41. Um empreendimento potencialmente causador de degradação ambiental significativa, a ser implantado no Estado de São Paulo, será submetido ao processo de licenciamento ambiental estadual, e já se sabe que será necessária a elaboração de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA), os quais deverão ser elaborados a partir de um Termo de Referência (TR). O TR e o EIA-RIMA serão elaborados

- (A) respectivamente pelo empreendedor e pelo poder público.
- (B) respectivamente pelo poder público, ouvindo a sociedade civil organizada, e pelo empreendedor.
- (C) respectivamente pelo poder público e pelo empreendedor, sem necessidade de consulta pública.
- (D) apenas pelo poder público, em ambos os casos.
- (E) pelo empreendedor, em ambos os casos.

42. Na elaboração de um EIA-RIMA de empreendimento situado no Estado de São Paulo, os âmbitos territoriais nos quais deverão ser considerados os impactos definem-se, segundo as orientações dos órgãos licenciadores, como

- (A) a área diretamente afetada, a área de influência direta e a área de influência indireta.
- (B) a área diretamente afetada e a bacia hidrográfica na qual se situa o empreendimento.
- (C) a bacia hidrográfica na qual se situa o empreendimento e o conjunto de municípios onde se situa o empreendimento e os que fazem divisa com este.
- (D) os cursos d'água situados imediatamente a jusante do empreendimento e os assentamentos humanos mais próximos (raio de 10 km).
- (E) os cursos d'água situados imediatamente a jusante do empreendimento e o conjunto de municípios onde se situa o empreendimento e os que fazem divisa com este.

As questões de números 43 a 45 referem-se à situação descrita a seguir.

Um conjunto habitacional de interesse social, recém-construído, com prédios de até quatro pavimentos, está situado em um município do Estado de São Paulo que não dispõe de Código de Edificações próprio, aprovado por Lei Municipal. Esse conjunto é objeto de análise tendo-se em vista a possibilidade de não estar em conformidade com os parâmetros técnicos e legais.

No quesito habitabilidade, há reclamação de que as dimensões de determinados ambientes e a organização funcional dos espaços não atendem a requisitos mínimos de habitabilidade recomendados em norma. Há também uma alegação de que não estariam sequer sendo atendidos os parâmetros obrigatórios de dimensionamento dos ambientes.

Alega-se ainda que as áreas de iluminação de cozinhas não respeitaram o dimensionamento mínimo legalmente exigido.

São questionadas também as medidas de proteção contra incêndios – prevenção e combate ao fogo.

43. Para avaliação do empreendimento em relação aos requisitos de adequação dos ambientes ao uso e de áreas mínimas, dentre outras análises, há necessidade de se confrontarem as situações identificadas no caso com parâmetros normativos aplicáveis à situação descrita, a saber: (i) recomendações, de caráter informativo, quanto à disponibilidade de espaços mínimos para colocação e utilização dos móveis e equipamentos e (ii) exigências de dimensionamento mínimo de ambientes. Esses parâmetros constam dos textos (inclusive anexos)

- (A) dos procedimentos de aprovação de empreendimentos habitacionais da Caixa / Ministério das Cidades e da Norma de Desempenho para Edificações Residenciais, respectivamente.
- (B) da Norma de Desempenho para Edificações Residenciais e do Código Sanitário do Estado de São Paulo, respectivamente.
- (C) do Código Sanitário do Estado de São Paulo.
- (D) da Norma de Desempenho para Edificações Residenciais e dos procedimentos de aprovação de empreendimentos habitacionais da Caixa / Ministério das Cidades, respectivamente.
- (E) do Código Sanitário do Estado de São Paulo e dos procedimentos de aprovação de empreendimentos habitacionais da Caixa / Ministério das Cidades, respectivamente.

44. Para atenderem às exigências legais, as cozinhas, com área de piso igual a  $6 \text{ m}^2$ , deveriam respeitar área mínima de iluminação de
- $0,50 \text{ m}^2$ , voltada para área externa com área mínima de  $5 \text{ m}^2$ .
  - $0,60 \text{ m}^2$ , voltada para área externa com área mínima de  $6 \text{ m}^2$ .
  - $0,60 \text{ m}^2$ , voltada para área externa com área mínima de  $10 \text{ m}^2$ .
  - $0,75 \text{ m}^2$ , voltada para área externa com área mínima de  $10 \text{ m}^2$ .
  - $0,90 \text{ m}^2$ , voltada para área externa com área mínima de  $15 \text{ m}^2$ .

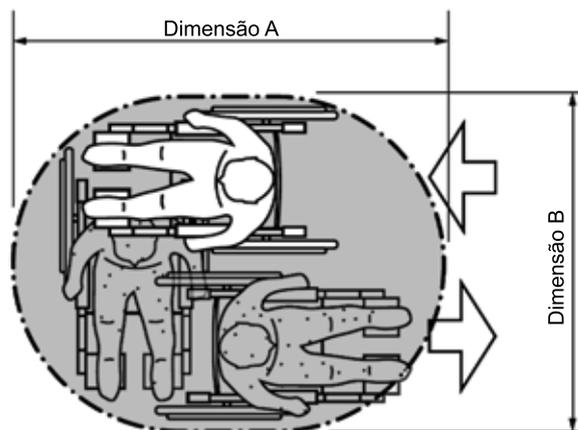
45. Para a determinação das exigências relativas a prevenção de incêndios e combate ao fogo, são parâmetros de análise, dentre outros:

- inércia térmica, área construída e lotação da edificação.
- inércia térmica, área construída e cargas térmicas da edificação.
- altura, área construída e cargas térmicas da edificação.
- altura e área construída da edificação e largura e declividade do logradouro público lindeiro.
- altura e lotação da edificação e largura e declividade do logradouro público lindeiro.

46. A Vida Útil de Projeto (VUP), conforme definida na NBR 15575, corresponde

- ao prazo de validade definido no projeto, que pode ser diferenciado entre o que se estabelece para a edificação como um todo e para os elementos e sistemas que a compõem.
- à vida útil estabelecida no projeto, garantida contratualmente pelo construtor para os elementos e sistemas que compõem a edificação.
- à vida útil estabelecida no projeto, garantida contratualmente pelo construtor para a edificação como um todo.
- à vida útil cuja garantia, especificada e declarada expressamente no projeto, é exigida legalmente tanto para a edificação como um todo quanto para os elementos e sistemas que a compõem.
- ao tempo estimado para o qual um sistema é projetado a fim de atender aos requisitos de desempenho estabelecidos em norma.

47. Considere a figura a seguir, extraída da NBR 9050:2013, correspondente a área de manobra com deslocamento de  $180^\circ$ .



As dimensões A e B são, respectivamente,

- $1,50$  e  $1,00$  m.
  - $1,50$  e  $1,20$  m.
  - $1,90$  e  $1,50$  m.
  - $2,20$  e  $1,60$  m.
  - $2,20$  e  $1,80$  m.
48. Um teto ajardinado será proposto em um edifício, situado no interior do Estado de São Paulo, em região de clima quente e com inverno mais seco. Esperam-se efeitos significativos sobre o conforto térmico dos ambientes internos; efeitos esses que estão associados (i) à presença de massa significativa de areia e terra úmidas, que amortecem os picos de temperatura e retardam sua ocorrência, (ii) ao aumento da espessura total de materiais com baixo coeficiente de condutividade térmica e (iii) à presença de vegetação no plano vertical de vedação do edifício. Esses efeitos estão associados, respectivamente, aos conceitos de
- perdas de calor por evapotranspiração, isolamento térmico e inércia térmica.
  - isolamento térmico, perdas de calor por evapotranspiração e inércia térmica.
  - isolamento térmico, inércia térmica e perdas de calor por evapotranspiração.
  - inércia térmica, isolamento térmico e perdas de calor por evapotranspiração.
  - perdas de calor por evapotranspiração, inércia térmica e isolamento térmico.

49. Um projeto apresenta andar tipo de 24 x 30 m e malha estrutural em concreto armado, composta de laje maciça, vigas e pilares, em uma malha regular de 7 x 7 pilares, (vãos de 5 m e 4 m) considerando-se, no cálculo, uma solução em vigas biapoiadas sucessivas, dispostas em malha ortogonal. No seu desenvolvimento, foram apresentadas propostas de alteração na concepção estrutural, sem repercussão significativa, no caso específico, sobre os usos possíveis e sobre os custos dos demais elementos e sistemas da edificação – vedações, esquadrias, instalações, etc. A primeira proposta consistia em redistribuir os apoios uniformemente ao longo das vigas, criando-se, em uma das direções, balanços estruturais de ¼ do vão entre apoios. A segunda, em dimensionar as vigas como vigas contínuas em lugar de biapoiadas. A variação de momentos fletores máximos obtidos em cada uma das propostas, com suas consequências sobre o dimensionamento de armaduras, atuará, do ponto de vista do impacto sobre os custos da estrutura, no sentido

- (A) da redução de custos, em ambas as propostas.
- (B) de redução de custos na segunda proposta, não influenciando nos custos na primeira.
- (C) de aumento de custos na primeira proposta, não influenciando nos custos na segunda.
- (D) de aumento dos custos na primeira proposta e de redução na segunda.
- (E) do aumento de custos, em ambas as propostas.

50. Uma obra pública de edificação já está concluída e em uso, não se verificando problemas significativos de qualidade de construção. A documentação de projeto é satisfatória, estando disponíveis todos os elementos necessários à adequada elaboração do projeto executivo de fundações. Existe, no entanto, denúncia, baseada em análise da documentação de medições de obra, de que poderia ter havido medição indevida de comprimento de estacas pré-moldadas em concreto, com o lançamento de valores de comprimentos de estacas maiores do que os efetivamente empregados, considerados os critérios de medição. Dentre as alternativas, uma primeira avaliação da profundidade de estacas requerida, segundo critérios de projeto, pode ser feita com base

- (A) em provas de carga a serem feitas sobre os blocos de fundação.
- (B) na avaliação de deformações ocorridas na estrutura, comparando-se os valores verificados com os prescritos em norma.
- (C) na análise das sondagens de SPT, somando-se o número acumulado de golpes necessários para a penetração do amostrador.
- (D) em resultados de ensaios de limite de liquidez e limite de plasticidade de amostras de diferentes camadas de solo, extraídas mediante execução de sondagens a trado.
- (E) em resultados de ensaios de CBR efetuados sobre amostras indeformadas.

51. Pretende-se implantar medidas de conservação de energia em prédio de escritórios, com funcionamento diurno, cujos ambientes são dotados de sistema de climatização artificial por meio de aparelhos convencionais de ar condicionado do tipo *split*. Pelas características do clima local, o sistema funciona somente para refrigeração. São medidas a serem consideradas, dentre outras,

- (A) o aumento da ventilação natural dos ambientes e a redução do emprego de materiais com elevada inércia térmica.
- (B) a proteção de aberturas contra a incidência de radiação solar direta e a redução da renovação do ar a um mínimo recomendado em norma.
- (C) a redução da velocidade do ar internamente aos ambientes e a redução do emprego de materiais com elevada inércia térmica.
- (D) o aumento da ventilação natural dos ambientes e a proteção de aberturas contra a incidência de radiação solar direta.
- (E) a redução da velocidade do ar internamente aos ambientes e a redução da renovação do ar a um mínimo recomendado em norma.

As questões de números 52 a 54 referem-se à situação descrita a seguir.

Um edifício público está sendo reformado, e o órgão contratante, embora disponha de sistema próprio de apropriação de custos, medição de obras e de uma tabela de preços unitários correspondentes aos serviços contratados, alterou a planilha de custos para contratação da obra com vistas a se adequar aos critérios da fonte financiadora, adotando as tabelas do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil). No processo de execução da obra, foram identificadas, após uma demolição parcial, necessidades de acréscimos quantitativos nos serviços e obras contratados, que não haveria como se prever a partir das prospecções prévias ao projeto e cuja execução requer aumento no valor total do contrato, o qual o órgão contratante pretende realizar aos mesmos preços unitários, atualizados, e demais condições estabelecidas no contrato original. Pretende ainda o contratante realizar o aditivo contratual unilateralmente (ficando o contratado obrigado a aceitar o acréscimo contratual de serviços).

A tabela a seguir apresenta as atividades que compõem a obra (identificadas por letras) com as durações originais e os tempos requeridos para os serviços que foram acrescidos e com as respectivas relações de precedência ("depende da conclusão de").

| ATIVIDADE | TEMPOS DE EXECUÇÃO (DIAS) |         | DEPENDE DA CONCLUSÃO DE |
|-----------|---------------------------|---------|-------------------------|
|           | ORIGINAL                  | REVISTO |                         |
| A         | 10                        | 10      | -                       |
| B         | 8                         | 10      | -                       |
| C         | 12                        | 12      | A                       |
| D         | 4                         | 5       | B                       |
| E         | 6                         | 6       | C                       |
| F         | 2                         | 5       | D                       |
| G         | 2                         | 2       | E e F                   |

- 52.** Nas condições descritas, ao se adotarem preços SINAPI, os critérios de medição de obra deverão ser
- (A) mantidos conforme as normas do órgão contratante.
  - (B) mantidos, por se tratar de padronização definida em legislação federal.
  - (C) redefinidos unilateralmente pelo contratante, a partir de seu próprio sistema.
  - (D) repactoados com a contratada em função das variações quantitativas observadas.
  - (E) adequados aos do SINAPI para guardar coerência com a nova tabela adotada.
- 53.** Do ponto de vista legal, o aditivo contratual, nos termos pretendidos pelo contratante, é
- (A) proibido, sendo necessário novo processo licitatório para os serviços adicionais.
  - (B) proibido, sendo necessário novo processo licitatório para o conjunto da obra.
  - (C) limitado a 25% do valor original do contrato.
  - (D) limitado a 50% do valor original do contrato.
  - (E) permitido, sem limitação de valores.
- 54.** O prazo total de obras, com o aditivo proposto,
- (A) será acrescido em um dia.
  - (B) será acrescido em dois dias.
  - (C) será acrescido em três dias.
  - (D) será acrescido em cinco dias.
  - (E) permanecerá o mesmo.
- 55.** Nos termos da legislação que regula o exercício profissional de arquitetos e urbanistas, na hipótese de as normas do CAU/BR sobre o campo de atuação desses profissionais contradizerem normas de outro conselho profissional, a controvérsia será resolvida
- (A) por meio de resolução conjunta de ambos os conselhos, aplicando-se, até que se resolva a controvérsia, a norma do Conselho que garanta ao profissional a maior margem de atuação.
  - (B) por resolução do Ministério do Trabalho, ouvidas as câmaras técnicas dos conselhos envolvidos, restringindo-se temporariamente a atuação profissional da categoria menos numerosa.
  - (C) diretamente em instância arbitral ou judicial na qual sejam confrontadas as partes envolvidas em cada caso específico que seja objeto de disputa, garantindo-se provisoriamente a atuação do profissional já contratado.
  - (D) diretamente em instância arbitral ou judicial, mediante representação dos conselhos profissionais envolvidos, restringindo-se temporariamente a atuação profissional da categoria menos numerosa.
  - (E) diretamente em instância arbitral ou judicial, mediante representação dos conselhos profissionais envolvidos, aplicando-se, até que se resolva a controvérsia, a norma do Conselho que garanta ao profissional a maior margem de atuação.
- 56.** Quanto à realização de tratamento, procedimento, hospitalização e pesquisa científica relacionados à pessoa com deficiência, a Lei nº 13.146/2015 estabelece que
- (A) é indispensável o seu consentimento prévio, livre e esclarecido, podendo, no entanto, ser suprido em situação de curatela, na forma da lei.
  - (B) é dispensável o seu consentimento, desde que o objetivo a ser alcançado seja para o seu próprio bem-estar.
  - (C) se exige o seu prévio e livre consentimento por escrito, não podendo ser suprido mesmo em situação de curatela.
  - (D) não se exigirá o seu consentimento pessoal, no caso de pesquisa científica, se os seus pais ou responsáveis legais assim se manifestarem em seu lugar.
  - (E) será exigido o seu prévio e livre consentimento apenas para a hipótese de pesquisa científica, podendo ser dispensado nos demais casos.

57. Fulana, pessoa com deficiência, foi atendida em hospital particular com vários hematomas em seu corpo, levando o agente de saúde a suspeitar que ela teria sido vítima de violência. Nessa situação, a Lei nº 13.146/2015 estabelece que
- (A) o agente de saúde deverá envidar todos os esforços para confirmar a violência sofrida pela pessoa com deficiência e, uma vez confirmada, deverá notificar compulsoriamente o Ministério da Saúde.
  - (B) o agente de saúde nada poderá fazer nesse caso, uma vez que se trata apenas de uma suspeita.
  - (C) deverá ser feita a notificação compulsória do fato suspeito à autoridade policial e ao Ministério Público, além dos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
  - (D) o hospital, por ser particular, não está obrigado a notificar as autoridades, uma vez que a notificação compulsória é imposta apenas aos hospitais públicos.
  - (E) o hospital deve, assim que teve conhecimento do fato, tomar o depoimento por escrito da vítima e notificar o juiz da Comarca para as devidas providências.
58. De acordo com a Lei nº 13.146/2015, os hotéis, pousadas e similares devem ser construídos observando-se os princípios do desenho universal, além de adotar todos os meios de acessibilidade, conforme legislação em vigor. Com relação aos estabelecimentos já existentes, os meios de acessibilidade
- (A) devem ser garantidos na ordem de 20%, pelo menos, do total de seus dormitórios, garantidas, ao menos, duas unidades acessíveis.
  - (B) não serão obrigatórios, podendo ser adaptadas suas unidades em livre proporção.
  - (C) devem ser garantidos em, pelo menos, 10% de seus dormitórios, garantida, no mínimo, uma unidade acessível.
  - (D) devem ser garantidos na mesma proporção que os novos empreendimentos, devendo ser efetuadas as obras necessárias para atender às exigências da Lei.
  - (E) não são obrigatórios, devendo a lei de cada Estado da Federação oferecer vantagens e benefícios para que esses estabelecimentos possam oferecer a mesma acessibilidade.
59. Nos termos do que dispõe a Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, é correto afirmar que
- (A) dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato, são considerados integridade.
  - (B) os Municípios com população igual ou superior a 12000 (doze mil) habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet, ou de divulgação em tempo real, de informações relativas à execução orçamentária e financeira.
  - (C) a informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada, dentre outras, como reservada, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data de sua produção.
  - (D) os interessados terão amplo acesso às informações pessoais, independentemente de classificação de sigilo como ultrassecreta, pelo prazo máximo de 10 (dez) anos, a contar da sua data de produção.
  - (E) qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso à informação de interesse público aos órgãos e entidades públicas, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e os motivos determinantes da solicitação.
60. De acordo com o Decreto Estadual nº 58.052/2012, será o órgão responsável pela fiscalização da aplicação da Lei Federal nº 12.527/2011, e desse Decreto, no âmbito da Administração Pública Estadual, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno,
- (A) a Comissão de Acesso à Informação.
  - (B) a Corregedoria Geral da Administração.
  - (C) o Serviço de Informação ao Cidadão.
  - (D) o Grupo Especial de Apoio ao Cidadão.
  - (E) a Secretaria de Gestão Pública.



